

DO SOCIALISMO DE MERCADO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

*José Ricardo Tauile**

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250, Prédio do Instituto de Economia, CEP 22290-240, Urca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

e-mail: tauile@ie.ufrj.br

RESUMO Trata-se de analisar as iniciativas chamadas de economia solidária, especialmente na forma de cooperativas autogestionárias, como alternativas viáveis de organização social da produção, diante dos efeitos deletérios das políticas neoliberais. De fato, este tema tem sido cada vez mais relevante em virtude do grande número de falências de empresas industriais, bem como do crescente desemprego, desde a década de 1990 no Brasil. A questão central é que, admitindo como um dado de realidade a existência dos mercados, providos essencialmente pela lógica capitalista de produção, não são absolutamente claros os caminhos para o possível sucesso em empreendimentos não guiados por esta lógica. Há indícios, porém, de que elementos bem-sucedidos do “modelo japonês” podem servir como fontes de inspiração para este tipo de empreendimento.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativas, autogestão, emprego

FROM MARKET SOCIALISM TO SOLIDARY ECONOMICS

ABSTRACT This paper analyses the so-called experiences in solidary economics, especially in the form of self-managed cooperatives. They might be alternative forms of social organization of production required to mitigate the side effects of neo-liberal policies. This has been a theme of increasing importance in Brazil due to the growing number of industrial bankruptcies and the higher level of unemployment during the 1990s. Given the existence of markets based essentially on the capitalist logic of production, the central question comes to concern the actual feasibility of enterprises operating under an alternative logic. Some successful elements of the “Japanese model” may be a useful tool in overcoming such challenge.

Key words: solidary economics, cooperatives, self-management, employment

* Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que agradece a ajuda de Mayra Juruá pelo apoio na confecção deste texto. Mais do que responsabilizar-me pelo conteúdo do texto, assumo minhas dúvidas, esperando que elas instiguem o(a) leitor(a) a formular e avançar nas questões de seu próprio interesse.

*O velho cooperativismo era
uma utopia em busca de sua prática
e o novo cooperativismo,
uma prática em busca de sua utopia.*

Henri de Roche

INTRODUÇÃO

Trata-se neste texto de mapear e discutir brevemente o espectro de possibilidades de sucesso e difusão da chamada economia solidária num ambiente capitalista. Interessa-nos especialmente aquela que assume a forma de cooperativas autogestionárias, em função de sua crescente incidência nos anos recentes quando a indústria no Brasil foi combalida por uma abrupta abertura dos mercados internos que atingiu principalmente o setor industrial com origem de capital nacional.

A primeira e mais básica questão seria conceituar o que é uma economia solidária. Sobre seu alcance, Ortiz Roca defende que:

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. (Ortiz Roca, 2001, tradução livre)

Entre seus traços característicos estão:

- a “reciprocidade colocada no cerne de sua passagem à ação econômica, as pessoas se associam numa base voluntária com o objetivo de satisfazer necessidades sociais e culturais”;
- a vontade de empreender é coletiva. Não se busca o “retorno sobre o investimento” individual;
- tais iniciativas se perenizam combinando fontes de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários (financiamento híbrido: estático, receitas autogeridas e contribuições voluntárias);
- “estas experiências organizam-se dentro de uma dinâmica cidadã favorecendo a criação de espaços públicos de proximidade” (Crida 2000, tradução livre).

No que tange ao movimento de economia popular solidária, iniciado no fim dos anos 80 na Prefeitura de Porto Alegre e mais recentemente difundi-

do por todo o Estado do Rio Grande do Sul, trata-se claramente de uma “prática social e econômica diferente” (*sic*). Segundo documento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que trata do Programa de Economia Popular Solidária, este conceito refere-se à ação

de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que através de sua auto-organização constituem empreendimentos coletivos de produção e/ou serviços ou assumem empresas falidas ou em dificuldades que, num primeiro momento, visam à obtenção de trabalho e renda ou à manutenção dos postos de trabalho para a sua auto-sustentação.¹

Uma das formas particulares de economia solidária é a autogestão. No que diz respeito às recentes experiências brasileiras acompanhadas pela ANTEAG (e sob uma ótica menos “fria”, ainda que não necessariamente menos rigorosa em termos da realidade cotidiana), o problema da origem da autogestão é que ela deve ser entendida também, e talvez acima de tudo, como “um projeto de sobrevivência... trabalha-se com os restos do capitalismo, principalmente com os setores econômicos mais fragilizados”.²

Quanto à forma de organização em cooperativas, deve ser entendida “apenas como um formato jurídico que se utiliza para organizar uma empresa de autogestão. A autogestão pode ser constituída a partir de uma empresa ‘Ltda’, sociedade anônima (S.A.), cooperativas, associação de trabalhadores etc.”.³

Centrando o foco em última instância no conceito de autogestão, começaremos delineando o meio em que a economia solidária ocorre, os instrumentos disponíveis para fomentá-la, e alguns elementos determinantes da dinâmica que envolve o funcionamento desse tipo de agente econômico.

1. ASCENSÃO E QUEDA DO CAPITALISMO MODERNO

Um dado de realidade que se faz necessário reconhecer é a existência dos mercados, isto é, a predominância ou hegemonia da atividade econômica que ocorre em função e através desses mercados, em detrimento de outras formas de produção e distribuição (ou apropriação) do excedente econômico. Também devemos reconhecer uma tendência de internacionalização dos circuitos mercantis mais expressivos, ainda que uma parte deles seja composta por subcircuitos percorridos por capitais “locais”, isto é, em-

prendimentos com atuação localizada em âmbitos nacionais relativamente restritos. Neste caso estariam empresas constituídas por capitais de propriedade “nacional” — e até mesmo organizadas autogestionariamente ou sob outra forma de economia solidária — subcontratadas para fornecer partes, componentes ou mesmo produtos sem marca, para empresas multinacionais (detentoras de marcas internacionalmente conhecidas).⁴

Uma segunda observação importante neste ponto é que, não obstante a impossibilidade prática de que os mercados ocupem todos os espectros da atividade econômica, a natureza da expansão do capitalismo implica uma tendência inerente à mercantilização de todos os espaços possíveis (sociais, tecnológicos etc.) da vida humana que se ampliam e modificam ao longo do tempo e através da história. Em palavras simples, a acumulação capitalista tende a transformar tudo em mercadoria, ainda que esse “tudo” se modifique com a vida. A seção IV do cap. 1 de *O capital*, que trata do fetichismo da mercadoria, mostra exatamente isso e, apesar de escrita há quase um século e meio, parece mais atual do que nunca; “relações sociais entre coisas e relações materiais entre pessoas” parece definir “uma forma de relacionamento (...) entre pessoas que assume aos seus olhos a fantástica forma de relação entre coisas”.⁵

Como mostra a história econômica, a produção para o mercado pode dar-se através de diversas formas de organização social. A predominante nos últimos séculos tem sido a produção capitalista que implica trabalho assalariado e propriedade privada (e alheia ao trabalhador) dos meios de produção. A ela está associada um aparente processo tendencial de concentração da riqueza em mãos de cada vez menos pessoas. A questão diante de nós é saber se a produção através das formas de economia solidária, como a autogestão e as cooperativas, pode ter espaço próprio de sobrevivência sustentável no longo prazo nas economias capitalistas contemporâneas. Para responder a esta questão é preciso proceder a uma breve reflexão sobre a origem do capitalismo moderno.

O desenvolvimento do modo “maquinofatureiro” de produzir deu origem à revolução industrial e progressivamente, com ela, gerou também uma base técnica — a eletromecânica — que lhe era então adequada. O amadurecimento da revolução industrial gerou, por sua vez, a modernidade ao generalizar o que havia de moderno embutido na produção capita-

lista que aos poucos se consolidava como hegemônica. Não custa lembrar que mesmo que a produção capitalista tenha tido origem em decorrência da revolução mercantil, ela só se tornou suficientemente generalizada no mundo ocidental, a ponto de se falar em capitalismo (produtivo) enquanto modo de produção hegemônico, após a revolução industrial.

À medida que o capitalismo se desenvolvia e amadurecia, potencializava enormemente o processo de acumulação social da riqueza. O auge desse processo de amadurecimento não só tem uma forma específica, como é marcado também pela mudança da hegemonia industrial e econômica em geral que passa da Inglaterra para os EUA. O fenômeno típico desse processo é a “invenção” e difusão do fordismo: firmas de tamanho crescente passaram a auferir ganhos de produtividade significativos com grandes escalas de produção de produtos padronizados, baseada em linhas de montagem e automação rígida. Esta, por sua vez, implicava uma inexorável divisão capitalista do trabalho que, além de separar hierarquicamente atividades de concepção e execução, acentuava a especialização e desqualificação do trabalho dentro destas últimas, bem como sua desvalorização, ao atribuir tarefas diferentes para pessoas/trabalhadores diferentes (Tauile, 2001, cap. IV).

Passada a Segunda Guerra Mundial, duas importantes características acompanharam a emergência, agora nítida, da nova potência hegemônica: em primeiro lugar, no seu cerne, ocorreu uma nova revolução tecnológica, a revolução da informação calcada em processos digitais com base na microeletrônica; em segundo lugar, mais distante das fronteiras da acumulação desenvolveram-se formas alternativas de organização social da produção ainda que no marco capitalista, como foi o caso do Japão no pós-guerra (ibid, cap. V e VI).

A revolução tecnológica da informação trouxe tanto a automação flexível como o tratamento de dados em massa e o seu transporte instantâneo a longas distâncias criando, conseqüentemente, um espaço virtual de interação que, em grande medida, constitui um espaço real de acumulação. Olhando estritamente no âmbito da produção material (inclusive no que concerne à cibernética), a acirrada concorrência “transfronteiras” vem colocando uma pressão crescente para o desenvolvimento e a implementação de formas de organização social da produção mais eficazes e mais adequadas às novas tecnologias de automação flexível.

2. A SAÍDA, ONDE ESTÁ A SAÍDA?

Com esse quadro econômico de fundo, nosso propósito é indagar então se seria possível produzir para o mercado evitando as relações estritas de assalariamento. Até que ponto formas de economia solidária, como a operação através de cooperativas, seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista, por conta das “fraturas” de um regime de acumulação insustentável, como em espaços mais expressivos da dinâmica de reprodução das economias contemporâneas? Poderia a resolução dessas “fraturas” tornar-se força motriz para um novo estilo de acumulação? Será que nas atuais circunstâncias é correto considerar a cooperativa como uma empresa “socialista”, como o faz Paul Singer (2001)? Serão seus princípios “totalmente diferentes dos princípios da empresa capitalista” ou trata-se meramente de detalhes e aspectos não fundamentais para a lógica da organização do empreendimento? De qualquer modo, a questão de fundo é: como se dá sua inserção num ambiente capitalista e quais são as condições e possibilidades para sua sobrevivência e expansão?

No mínimo caberia indagar, logo de início, a qual conceito de socialismo se está fazendo referência. Faria sentido aqui falar novamente de algo que pudesse ser chamado de socialismo de mercado? Esta expressão, de amplo sentido, esteve em voga nos anos 30,⁶ sendo posteriormente utilizada nas discussões sobre a Iugoslávia e, finalmente, também por diversos “radicais” americanos. De qualquer modo, a questão que se coloca é sobre a natureza da produção quando esta é voltada prioritariamente para o consumo e não para o lucro. Daí, qual o sentido dos desejos sociais a serem satisfeitos? Como (que recursos utilizar para) satisfazê-los? Como fazer por merecê-los? Como priorizar seu atendimento?

Há, de fato, nessas economias (“solidárias”) inúmeros novos condicionantes e nuances de seu funcionamento que indicam possibilidades efetivamente viáveis de adoção bem-sucedida e difusão mais significativa de formas novas e alternativas de organização social da produção. Ao livre sabor de uma economia de mercado, não adianta fazer considerações ou juízos de valor social se tais alternativas não forem economicamente viáveis; nesta hipótese, elas somente poderão ser adotadas caso se considere a possibilidade de intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais.

É verdade que o mercado é implacável, pelo menos até certo ponto. Se o agente econômico quer funcionar nesse ambiente, deve levar em consideração “padrões socialmente necessários de produção”⁷ e outros socialmente aceitos de demanda, que precisam ser atendidos e respeitados minimamente para garantir ao menos a sobrevivência do empreendimento. Assim sendo, é preciso atender o mercado em termos da especificação do que é demandado, em quantidade suficiente, preço competitivo e qualidade assegurada, bem como diversificação do produto, serviços pós-venda etc. Além disso, é preciso dispor também de outras capacidades e competências econômicas indiretas à produção, tais como sistemas de financiamento ao produtor e crédito ao consumidor.

2.1 Uma inspiração nas virtudes do “modelo japonês”⁸

A experiência da economia japonesa no pós-guerra pode servir de inspiração na busca de soluções criativas para equacionar e solucionar problemas estruturais da economia brasileira, agravados que foram recentemente pela dinâmica liberalizante do capitalismo. Partindo de condições de escassez no mercado interno e em seu aparato produtivo, mas contando com perspectivas crescentemente favoráveis de penetração no mercado internacional, a economia japonesa brindou o capitalismo contemporâneo com alternativas importantes de organização social da produção. O sucesso dessa experiência não veio sem muito empenho e dedicação da busca dos objetivos estabelecidos e também não sem diversas contradições especialmente aparentes sob o ponto de vista das economias ocidentais desenvolvidas. De qualquer modo, experiências mais cooperativas de relacionamento — as quais implicam, freqüentemente, formas particulares de autogestão — apoiaram-se na lealdade e na credibilidade mútuas entre os agentes econômicos, sejam eles capital e trabalho ou capital e capital, na mesma cadeia produtiva. Sem dúvida, estes foram fatores decisivos para o sucesso da economia japonesa ao longo da segunda metade do século XX.

Apoiada por uma organização sindical própria vinculada a cada empresa, a economia japonesa conseguiu beneficiar-se extremamente do engajamento dos trabalhadores em busca do sucesso dos respectivos empreendimentos. Houve ao menos um rompimento de qualidade em relação às tendências prévias, presentes no capitalismo moderno, qual seja de, através

das sugestões dos trabalhadores para a melhoria de produtos e processos, os trabalhadores fabris voltarem a participar ativamente dos processos de concepção e de tomada de decisões ao longo da cadeia produtiva, especialmente no chão da fábrica. Uma empresa como a Toyota, no ano de 1982, recebeu de seus trabalhadores cerca de 1.900.000 sugestões, sendo utilizadas 95% delas e dando uma média de quase 39 sugestões por trabalhador.⁹ Tais contribuições foram importantes para que produtos passassem a ser projetados e desenvolvidos com maior rapidez e tivessem mais qualidade quando de sua produção. O engajamento dos trabalhadores também foi fundamental para o desenvolvimento e sucesso das técnicas de produção enxuta como o *just-in-time*. A confiança depositada nos trabalhadores é fundamental para que esse tipo de sistema que trabalha com estoques praticamente nulos seja bem-sucedido.

De uma ou outra maneira, o chamado modelo japonês atenuou, ainda que parcialmente, o conflito explícito entre capital e trabalho no âmbito dos processos de produção e aparentemente por isso foi muito bem-sucedido. Por mais que existam argumentos mostrando as deficiências desse modelo e apontando um decorrente e expressivo aumento na taxa de exploração do trabalho, não são poucos os que consideram essa uma experiência alternativa de grande significância, dado que seria impensável no espírito conflitivo do capitalismo moderno alcançar tais níveis de cooperação entre os agentes econômicos.¹⁰

Por isso, é válido usar essa experiência como contraponto para se pensar nos caminhos viáveis para a experiência brasileira da economia solidária. No caso japonês, a credibilidade foi forjada entre empreendedores e empregados, em busca de objetivos de longo prazo tornados mais ou menos comuns. Tomando este fato como referência, seria então válido pensar que, nas experiências de cooperativas de autogestão de economia solidária, o antagonismo básico entre capital e trabalho possa também ficar esmaecido, visto que os trabalhadores são seus próprios patrões? A prática, entretanto, tem demonstrado que é difícil — e por vezes bastante difícil — para esses trabalhadores se sentirem proprietários, e portanto responsáveis pela empresa da qual eram empregados. No entanto, quero crer que, se devidamente articuladas, as experiências de autogestão podem também sinalizar positivamente para ganhos extraordinários provenientes das formas

de relacionamento apoiadas na credibilidade dos agentes (*relation specific skills and procedures*) e especificamente oriundos das economias de rede. Neste espírito, não seria também possível falar de “economias de solidariedade”? Algo que ajudasse a superar certas dificuldades como as burocráticas, obter maiores escalas para comprar em conjunto ou ainda ter melhor acesso a créditos? Voltaremos a estas questões mais adiante.

2.2 Especificidades das experiências recentes de autogestão no Brasil

Há diversas formas de classificar as empresas autogestionárias no Brasil. De maneira bem abrangente, pode-se dizer que constituem pelo menos dois amplos conjuntos quanto à origem de suas atividades autogestionárias. O principal traço característico de um desses grupos é tratar-se de empresas que passaram ou ainda passam por uma situação falimentar ou pré-falimentar. Na origem desse grupo há situações típicas que caracterizam subgrupos. Num deles o funcionamento da empresa era inviável porque diversos aspectos de sua estratégia estavam (ou eram) inadequados para que operassem no mercado que se propunham.

Um outro subgrupo compõe-se de empresas onde a direção anterior fazia valer taxas de exploração excessivas, apropriando-se privada e pessoalmente de uma parte substancial do excedente, sem reaplicá-lo no próprio negócio. Um terceiro subgrupo ainda seria definível por empresas abrangidas por externalidades como quando, apesar da atualidade de seus processos de produção, ficam prejudicadas pela falência ou mudança de estratégia em geral da empresa que as subcontrata.

Um segundo grupo de empresas autogestionárias é composto por aquelas cuja origem foi estimulada por políticas de governos progressistas ou criadas “espontaneamente” a partir de iniciativas comunitárias. Em qualquer destes casos, comunidades locais organizam-se cooperativamente para buscar prover a subsistência de seus integrantes e suprir, por vezes, carências sociais próprias.

Segundo informações da ANTEAG, em 1994, 100% dos projetos de autogestão que viriam posteriormente a ser acompanhados por ela foram originados de “crise no negócio, má gestão e situações pré-falimentares”. Já em 2000, contemplando um número bastante ampliado dessas experiências (cerca de 150, envolvendo aproximadamente 30 mil trabalhadores diretos),

45,7% haviam sido originados da própria iniciativa dos trabalhadores; em 18,3% dos casos, as empresas originais haviam chegado efetivamente à falência; em 10,4%, originaram-se por artifícios da terceirização; em 9,8%, tratava-se de situações ainda pré-falimentares; em 6,5%, as empresas haviam sido apenas desativadas. Somente em 6% dos casos foram atribuídos estritamente à crise do negócio e má gestão. Incluindo nestes casos os 2% em que a empresa foi simplesmente abandonada e os 1,3% de empresas dirigidas por “laranjas”, e considerando também situações falimentares e pré-falimentares, conclui-se que em 2000 apenas 43,9% das empresas de autogestão, ora acompanhadas pela ANTEAG, surgiram com os mesmos motivos daquelas de seis anos atrás.

3. DESAFIOS DE UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA CONTEMPORÂNEA

Olhando as empresas que atuam no âmbito da economia popular solidária como um conjunto agregado, é possível distinguir elementos característicos de sua atuação que, se articulados devidamente, podem torná-las economicamente mais eficazes, aumentando suas chances de sobrevivência ou mesmo de sucesso nos mercados capitalistas. Pergunto se não seria o caso de buscar “economias e ganhos de solidariedade”¹¹ a partir de eficiência coletiva obtida pela atuação conjunta e concatenada dos agentes da economia solidária.

É importante insistir em que a associação dessas empresas — ou melhor, desses agentes — pode, por exemplo, gerar economias de rede de onde se obtêm desde escalas mais operacionais e eficazes para diversas atividades econômicas até possíveis complementaridades nessas atividades. Entre elas estariam o desenvolvimento dos sistemas de compras no interior dessas redes e a montagem de uma central de compras de produtos externos a elas (ou seja, provenientes de empresas que não fazem parte da rede) de modo que seus componentes possam potencializar sua capacidade de demandar efetivamente. Nesta linha de raciocínio, mas agora no que diz respeito às vendas, fala-se também na adoção de selos para estimular o consumo de bens produzidos sob o sistema de autogestão, por parte não só daquelas empresas componentes da rede, mas também de outras empresas externas a ela e ao público em geral.

Objetivamente, a identificação de um mínimo de interesses comuns por parte dos agentes que compõem a rede solidária pode alavancar seu esforço coletivo, de modo que sua atuação se torne mais eficaz no meio mercantil capitalista. Uma das típicas fontes de eficiência coletiva são as aglomerações industriais (*clusters*) freqüentemente em torno de um mesmo tipo de produto ou tecnologia. Dos distritos industriais no Norte da Itália às empresas de informática no Vale do Silício, entre muitos outros exemplos, é notória a vantagem auferida coletivamente a partir da concentração regional de empresas que atuam no mesmo espectro de atividades.

No caso das empresas autogestionárias no Brasil, um desafio a mais se coloca, pois muitas delas não estão concentradas em uma mesma região geográfica. Em vários casos, são milhares de quilômetros a separar empresas que poderiam ter atuação conjunta e/ou complementar. Se a alternativa de associação dessas empresas é para ser tomada com chances efetivas de sucesso, antes de qualquer coisa, é fundamental buscar, criar e/ou desenvolver elementos que facilitem a comunicação entre os agentes e que essa rede possa configurar-se em estruturas horizontais, isto é, sem uma linha hierárquica definida. Sem deixar de reconhecer as dificuldades a transpor, seria importante para preencher essa lacuna espacial a difusão dos meios cibernéticos à distância em tempo real.

Vale ressaltar que aqui o desafio cresce, pois há que se garantir a formação cultural necessária para que, quando esses meios de comunicação à distância estiverem de fato disponíveis, possam ser devida e eficientemente utilizados pelos trabalhadores/empresários. Na mesma linha de raciocínio, parece evidente que, na medida do possível, se deva incentivar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias de informação (NTI) adequadas aos propósitos dos participantes dessas redes solidárias. Não creio que por conta das limitações financeiras em face de outras prioridades consideradas emergenciais, ou por causa das barreiras educacionais inerentes à baixa escolaridade média do trabalhador brasileiro, tais iniciativas devam ser consideradas desprezíveis ou mesmo inalcançáveis. Por mais que existam barreiras no curto prazo, não seria tão difícil a configuração na Internet (ou em “intranets” específicas das redes) de feiras virtuais de negócios, bem como a utilização de quadros de avisos, salas de discussão, revistas eletrônicas, meios de teleconferência etc., que poderiam funcionar de maneira bastante eficaz para agilizar a atuação dos participantes das redes solidárias.

À semelhança da questão da ampla região geográfica no Brasil, há também uma dispersão dos agentes da economia solidária através dos diversos ramos de atividades. Como muitas dessas empresas não pertencem a um mesmo setor de atuação, torna-se ainda mais necessário criar elementos aglutinadores de interesses, bem como estimuladores de comportamentos solidários. Entre estes estariam mecanismos que não dependem do valor de uso do produto oferecido, tais como instrumentos de financiamento à produção e de estímulo ao consumo de bens produzidos ou ofertados sob o regime da economia solidária.

Na verdade, a questão do crédito é mais ampla e profunda do que pode parecer à primeira vista. O desenvolvimento de mecanismos eficientes de crédito para apoiar as iniciativas de autogestão, burlando a lógica fria e “insensível” do mercado financeiro, pode ser considerado decisivo para que o sucesso desse tipo de empreendimento implique perspectivas de expansão estrutural mais significativas no longo prazo.

Diante da fragilidade financeira e institucional de grande parte dessas empresas, pode-se depreender que os agentes financeiros privados ou mesmo públicos que atuem estritamente sob “a fria lógica do mercado” não se interessarão em apoiá-las. As entidades públicas que se dispuserem a isso deverão prover lógicas alternativas para seus critérios de retorno do investimento.¹² O desenho e a implementação de mecanismos de crédito público eficazes, sejam eles provenientes de políticas governamentais ou de “iniciativas sociais espontâneas”, configuram-se como verdadeiros desafios à nossa inteligência social. A atuação de organismos de financiamento “politicamente corretos” em nível internacional poderá ser de grande valia para a alavancagem inicial desses mecanismos alternativos de financiamento.

No que tange às atividades produtivas ou à operação das empresas ou da rede como um todo, a possibilidade da criação de “bancos de idéias” emerge com grande potencial. Sugestões para o aperfeiçoamento de produtos e processos, bem como de atividades administrativas e formas de relacionamento interempresarial, poderiam gerar benefícios significativos, direta ou indiretamente, a serem contabilizados a favor tanto dos trabalhadores individualmente como das empresas nas quais trabalham. É de se supor que os trabalhadores autogestionários tenham não só todo o interesse como condições concretas para contribuir substancial e objetivamente para a melho-

ria do processo de produção no qual estão inseridos (e do qual são co-proprietários), tanto no que diz respeito ao aumento da produtividade quanto ao aperfeiçoamento de suas condições de trabalho.

Esse tipo de mecanismo parece ter grande potencial na construção de vantagens comparativas dinâmicas — aquelas construídas pela ação objetiva dos agentes e que realimentam a própria competitividade —, como ocorreu no caso japonês. Neste contexto, a introdução e a difusão das inovações técnicas e organizacionais daí provenientes poderiam e deveriam ser utilizadas em ritmo adequado à formação de uma cultura profissional específica desse tipo de empresa e/ou rede, voltada para seu próprio e constante aperfeiçoamento.

De qualquer modo, sob qualquer critério que norteie a sobrevivência de tais empresas ou redes autogestionárias num ambiente capitalista, é imperiosa a criação de relações de confiança no interior dessas redes.¹³ Ou seja, a redução do risco proveniente de comportamentos oportunistas de alguns agentes (em detrimento de outros) aumenta a competitividade dos componentes e da rede tomada como um todo sistêmico. Um certo grau de entrelaçamento, baseado em relações de confiança, é fundamental para que a rede funcione efetivamente como tal. Na medida em que se desenvolva a confiabilidade intrínseca entre os agentes, uma espécie de “eficiência coletiva” poderá resultar em “economias de rede”. Pensando em termos de sucesso e expansão dessas redes, há quem aponte que, tanto em países avançados como em desenvolvimento, “*clusters* de pequenas e médias empresas (...) conquistaram mercados externos com base em sua eficiência coletiva”.¹⁴

Outrossim, faz-se também necessário o desenvolvimento, por parte dos próprios membros dessa rede, de mecanismos de comunicação e rotinas de relacionamento que sirvam tanto para estimular e facilitar a interação regular cotidiana entre essas empresas como para apoiar processos de decisão. Para que tais processos decisórios tenham maior efetividade no ambiente coletivo que compõe as redes solidárias, devem ser legitimados, tanto quanto possível, na transparência dos critérios que os norteiam. Somente assim o trabalhador terá noção do que a sua atividade, individualmente, tem a ver com o produto final. Isto é fundamental para que se obtenha, de maneira estimulada ou negociada, o engajamento sólido dos trabalhadores, outro elemento decisivo para aumentar as chances de sobrevivência dessas empresas.

Como se vê, o quadro onde atuam essas empresas autogestionárias é bastante complexo, assim como suas chances de sobrevivência são sujeitas a condicionantes bastante diversos. Por um lado, como os problemas que as afligem e/ou afligem os ambientes nos quais estão inseridas são bastante primários (ou “rasteiros”), não se pode esquecer que respeitar as leis básicas de uma economia de mercado é uma condição necessária para participar deles. Por outro lado, insisto, a construção de vantagens comparativas dinâmicas em substituição às tradicionais vantagens comparativas estáticas (recursos naturais e mão-de-obra barata) requer a percepção, com certa acuidade, das possibilidades tecnológicas de materialização do futuro. Se a criatividade é fundamental para tornar o futuro melhor um sonho, somente a ousadia e a firmeza na articulação devida dos agentes sociais e econômicos é capaz de torná-lo real.

Passos ousados, mas viáveis politicamente, se fazem necessários para abrir uma trilha que seja realmente nova e portanto traga inerente a possibilidade de se usar uma espécie de “teoria da relatividade social” para se dar o “pulo do gato”. Ao tentar seguir a mesma trilha na qual preponderam hegemonicamente as vontades e ações dos agentes capitalistas bem-sucedidos, o que se conseguirá provavelmente é aumentar o hiato do desenvolvimento que os separa, permanecendo esses agentes cada vez mais subordinados e dependentes. A idéia é justamente procurar atalhos alternativos que criem agora as bases dos fatores que tornar-se-ão elementos de competitividade dinâmica no longo prazo. Esse exercício de inteligência social exige um programa de investimentos estratégicos consubstanciado por políticas públicas de cunho socializante para se criar a cultura (econômica, política e social) de sustentação efetiva da rede solidária no tempo.¹⁵ A idéia de fundo é que se possam com isso preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democratizados de acumulação.

NOTAS

1. Programa de Economia Popular Solidária, Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Rio Grande do Sul, s/d, p. 2.
2. Depoimento pessoal de Aparecido Faria, diretor técnico da ANTEAG – Associação Nacional de Empresas de Autogestão e participação acionária, em 16/3/2001 via *e-mail*.
3. *Idem*.

4. Cooperativas autogestionárias, localizadas na região de Novo Hamburgo, RS, produzem e montam sandálias, chinelos e sapatos para grandes empresas nacionais de calçados, exportando inclusive para o mercado europeu. Não têm, entretanto, marca própria, não podendo portanto vender diretamente ao mercado consumidor.
5. Marx (1973), p. 72-73, tradução livre.
6. Ver, por exemplo, Oskar Lange, *Desarrollo y socialismo*, Buenos Aires, J. Alvarez, 1969.
7. A noção de (trabalho ou) produção socialmente necessária segundo Marx é aquela utilizada e aceita como padrão numa determinada época e lugar. Não adianta usar agulha de ouro na produção quando o padrão aceito é agulha de aço. Isso em nada melhora o produto, apenas o encarece.
8. Trata-se aqui de realçar aspectos positivos da experiência japonesa contemporânea particularmente na medida em que possam servir de exemplo e inspiração para as iniciativas recentes de autogestão, sem negar que podem ser salientados também aspectos negativos desse modelo. O delineamento dessa polêmica, todavia, não é relevante para os argumentos aqui apresentados.
9. Essa média chegou a 60 sugestões na segunda metade da década de 1980.
10. Ver, por exemplo, B. Coriat, *Pensar pelo avesso*, Rio de Janeiro, UFRJ/Revan, 1994.
11. Ou seja, ganhos extraordinários provenientes justamente da atuação solidária dos agentes econômicos. A prevalecer esta lógica, é de se supor que empresas autogestionárias do complexo coureiro-calçadista no Vale dos Sinos possam ou saibam beneficiar-se dessas condições favoráveis.
12. Por exemplo: pode-se prever que a taxa de mortalidade das empresas autogestionárias seja possivelmente alta por conta de insucessos de empresas individualmente. Não obstante, seria importante criar procedimentos do tipo “corta fogo”, para preservar a credibilidade dos investimentos financeiros na rede como um todo; ou seja, mecanismos que só funcionem num sentido e que tenham, portanto, dispositivos de prevenção de retorno, propagação e encadeamento dos efeitos indesejáveis provocados por uma dificuldade ou um insucesso financeiro localizado.
13. Ver J. Humphrey e H. Schmitz, *Trust and Economic Development*, Discussion paper n. 355, Sussex, Inglaterra, IDS, 1996.
14. H. Schmitz, “Collective Efficiency: growth path for small scale industry”, *Journal of Development Studies*, v. 31, n. 4, April, 1995, apud, J. Humphrey *et alii*, op. cit., p. 2 (tradução livre e ênfase adicionada).
15. Ver J. R. Tauile, “Globalização, tecnologias de informação e inteligência social: uma reflexão sobre as possibilidades deste país”, *Proposta*, ano 26, n. 72, Rio de Janeiro, Fase, mar./mai. 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTEAG (1998) *Empresa social e globalização*. São Paulo.
- CORIAT, B. (1994) *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan.

- GUIMARÃES, G. (org). *Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate*. Uni-trabalho.
- CRIDA (2000) *L'économie solidaire: à la recherche de nouvelles formes d'économie entre l'État et le marché*. Intervenção de Laurent Fraisse no Congresso Mundial sobre a Coexistência Humana num Mundo Responsável e Solidário na Aurora do Terceiro Milênio. Montreal, jul.
- HUMPHREY, J., SCHMITZ, H. (1996) "Trust and Economic Development". Discussion paper n. 355. Sussex, Inglaterra: IDS.
- LANGE, O. (1969) *Desarrollo y socialismo*. Buenos Aires: J. Alvarez.
- MARX, K. (1973) *O capital*. Nova York: Progress Publishers.
- ORTIZ ROCA, H. (2001) *Economia solidária: hacia una nueva civilización*.
- Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2001). Março .
- SINGER, P. (2001) "Economia solidária: possibilidades e desafios". *Proposta*, ano 30, n. 88-89, Rio de Janeiro: Fase.
- SCHMITZ, H. (1995) "Collective Efficiency: growth path for small scale industry". *Journal of Development Studies*, v. 31, n. 4, April.
- TAUILE, J. R. (2001) *Para (re)construir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto.